

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA.
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

KEVIN DA SILVA FERRAZ

**A INFLUÊNCIA ECONOMETRICA DA RECEITA E DO IFDM NAS
NOTAS APRESENTADAS PELO EBT ATRIBUIDA OS PORTAIS DE
TRANSPARÊNCIA DAS 100 MAIORES CIDADES BRASILEIRAS QUE
POSSUEM A AVALIAÇÃO**

DOURADOS/MS

2019

KEVIN DA SILVA FERRAZ

**A INFLUÊNCIA ECONÔMETRICA DA RECEITA E DO IFDM NAS
NOTAS APRESENTADAS PELO EBT ATRIBUÍDA OS PORTAIS DE
TRANSPARÊNCIA DAS 100 MAIORES CIDADES BRASILEIRAS QUE
POSSUEM A AVALIAÇÃO**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professora Dr^a Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira

Banca Examinadora:

Professor Dr. Rafael Martins Noriller

Professor Me. Juarez Marques Alves

Dourados/MS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F381i Ferraz, Kevin Da Silva

A influência econométrica da receita e do IFDM nas notas apresentadas pelo EBT atribuída os portais de transparência das 100 maiores cidades brasileiras que possuem a avaliação [recurso eletrônico] / Kevin Da Silva Ferraz. -- 2019.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Dr^a Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira.

TCC (Graduação em Ciências Contábeis)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. IFDM. 2. Receita Pública. 3. Transparência Pública. I. Nogueira, Dr^a Maria Aparecida Farias De Souza. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

KEVIN DA SILVA FERRAZ

Esta monografia foi defendida dia 29/11/2019 e julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:



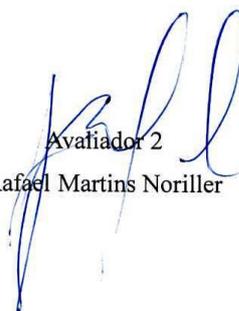
Presidente

Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira



Avaliador 1

Juarez Marques Alves



Avaliador 2

Rafael Martins Noriller

RESUMO

Este trabalho foi feito com o intuito de analisar o impacto da receita e do IFDM nas notas apresentadas pelo EBT das cidades brasileiras e, assim demonstrar se os municípios brasileiros estão sendo transparentes e se algum fator influencia nessa transparência, visando informação de qualidade ao alcance da população. Os dados da pesquisa foram receitas municipais, os índices FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM) e a escala Brasil transparente (EBT), buscando se haveria alguma relação das receitas e o IFDM com o EBT para poder concluir se essa a interação é positiva ou negativa e avaliar a atual situação das cidades quanto à transparência. Os resultados encontrados são positivos para as variáveis, ou seja, quanto maior a receita e o IFDM, maior a nota EBT do município, o que significa que o mesmo é mais transparente. Também foi possível verificar que a maioria das cidades está em processo de aprimoramento da sua transparência.

Palavras-chave: IFDM; Receita Pública; Transparência Pública;

ABSTRACT

This article was made with the intention of analyzing the impact of the revenue and the IFDM on the notes presented by the EBT about Brazilian cities and in doing so, demonstrate if the Brazilian counties are being transparent and if any factor influences this transparency, aiming for quality information within the population's reach. The data of the research were public revenue, the FIRJAN indexes of county growth (IFDM) and the Transparent Brasil Scale (EBT), searching if there was any correlation of the revenues and the IFDM with the EBT to be able to conclude if this interaction is positive or negative, and evaluate the current situation of cities regarding transparency. The results found are positive to the variables, that is, the bigger the revenue and the IFDM, the bigger the county's EBT score, which means that it is more transparent. It was also possible to verify that most of the cities are in a process of enhancing their transparency.

Keywords: IFDM; Public Revenue; Public Transparency;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMATICA.....	8
1.2 OBJETIVOS.....	8
1.2.1 Objetivo Geral	8
1.2.2 Objetivos Específicos	8
1.3 JUSTIFICATIVA.....	9
2 REVISÃO TEÓRICA	10
2.1 TRANSPARÊNCIA.....	10
2.2 AUDITORIA PÚBLICA.....	11
2.3 INDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.....	12
2.4 RECEITA PÚBLICA.....	13
2.5 ESCALA BRASIL TRANSPARENTE.....	13
3 METODOLOGIA.....	15
3.1 DELINEAMNETO DA PESQUISA.....	15
3.2 DEFINIÇÃO DA ÀREA/POP. ALVO/AMOSTRA/UNIDADE DE ANALISE.....	16
3.3 TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	16
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	18
4.1 CENTRO-OESTE.....	18
4.2 NORDESTE.....	19
4.3 NORTE.....	21
4.4 SULDESTE.....	22
4.5 SUL.....	24
4.6 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

O Brasil está passando por uma crise de confiança entre a população e a gestão financeira pública do país, e um dos elos dessa relação é a transparência das informações cedidas pelo governo a qual a fiscalização é feita principalmente pela Controladoria Geral da União (CGU). No atual sistema de fiscalização pública, a CGU é um dos principais órgãos de atuação, de acordo com Casalecchi e Oliveira (2010 p. 2) “a CGU é um órgão do governo federal, ligado à presidência da república e responsável pela defesa do patrimônio público e pela transparência da gestão e do uso dos recursos públicos e federais”.

A CGU disponibiliza o relatório Escala Brasil Transparente (EBT) onde ela atribui uma nota a atual situação do Portal da Transparência e, em se tratando de transparência Cruz, Silva e Santos (2009, p. 104) apud (Antonino *et al*, 2013) “a transparência deve caracterizar todas as atividades realizadas pelos gestores públicos, de maneira que os cidadãos tenham acesso e compreensão daquilo que os gestores governamentais têm realizado”.

O presente trabalho abordou a receita pública que de acordo com Kohama (2003 p. 82) apud (Zuccoloto; Ribeiro; Abrantes, 2008) “define como receita pública todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado através de numerário ou outros bens representativos de valores” e os dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) que compõem o índice de desenvolvimento municipal (IFDM) que apresenta o desenvolvimento sócio econômico dos municípios, usando ambos os dados será verificado a relação desses com as notas do EBT, para poder chegar a um resultado positivo ou não dessas interações.

Alguns estudos foram feitos anteriormente e já realizaram observações sobre os efeitos da receita e da transparência na gestão pública, porém feitos de maneira separado sendo o de impacto da transparência, desenvolvido por Casalecchi e Oliveira (2010) e o da relação da receita, feito por Zuccoloto, Ribeiro e Abrantes (2008); contudo, o presente trabalho buscou unir as temáticas, observou efeitos; cabe salientar também a pesquisa feita por Cruz *et al*. (2012) o qual usou diversos índices para levantar um nível de transparência de 96 municípios brasileiros e entre eles estava o índice FIRJAN.

Este trabalho foi dividido em 5 (três) capítulos e o primeiro se refere à introdução que buscou fornecer uma visão geral do tema abordado, apresentar a problemática da pesquisa, os objetivos e a justificativa. No segundo capítulo é abordado os principais autores da temática em estudo e no terceiro capítulo se apresenta a metodologia da pesquisa; o quarto capítulo traz

uma análise e a discussão dos resultados e o quinto e último trata das considerações acerca dos resultados obtidos na pesquisa.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

O assunto de transparência no Brasil é algo que precisa de muita discussão. Nota-se falta de confiança da população em relação aos dados que os órgãos públicos divulgam, e isso está gerando falta de confiança não só na população brasileira como também no mundo, como citado na matéria “Estudos indicam que Brasil ainda é pouco transparente” publicada pela Folha de São Paulo (2018) onde deixa bem claro a estagnação e a regressão do Brasil nesse assunto.

No país há um sério problema nos *sites* da transparência, como o caso que ocorreu em Santa Catarina onde a maioria dos portais de transparência não existe ou apresentam uma enorme dificuldade de acesso às informações, como posto na matéria do NSC TV (2018), o que prejudica muito o relacionamento entre o governo e a população, pois não há clareza por parte da gestão pública para com os cidadãos.

Partindo dessa visão, o trabalho visou buscar a existência de uma relação da receita e o IFDM sobre o nível de transparência de 100 cidades brasileiras e discutir essa relação, respondendo a seguinte questão: Qual a influência econométrica da receita e do IFDM na transparência das 100 maiores cidades brasileiras com nota no EBT?

1.2 OBJETIVOS

Esse tópico abrangerá o objetivo geral e os objetivos específicos, onde de acordo com Acevedo e Nohara (2013) “o objetivo geral de um estudo está diretamente relacionado com o problema da pesquisa” e “os objetivos específicos ou secundários relacionam-se ao objetivo geral. Constituem quesitos que precisam ser atingidos a fim de que o objetivo geral da investigação seja alcançado”.

1.2.1 Objetivo Geral

Para responder à questão problema, essa pesquisa tem como objetivo geral:

- Analisar o impacto da receita e do IFDM nas notas apresentadas pelo EBT das cidades brasileiras analisadas.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos consistem em:

- Analisar os portais de transparência quanto à existência de dados, usando 100 municípios quem tem avaliação do EBT;
- Verificar a existência das receitas dos 100 municípios brasileiros disponibilizadas pelo governo;
- Avaliar os dados fornecidos pela CGU constantes no EBT e verificar a existência de uma relação da receita e o IFDM com nível de transparência dos municípios brasileiros.

1.3 JUSTIFICATIVA

O atual trabalho se justifica pela característica de buscar relações da receita e do IFDM com a transparência para que se mostre útil em verificar a fidedignidade dos dados disponíveis para a população em relação à prestação de contas dos órgãos públicos, isso através de análises de dados, e identificar alguma lógica para que, no futuro, seja possível ser usado para processos de auditoria que, de acordo com Antonino *et al.* (2013, p. xx) a “auditoria governamental pode dar ao processo de transparência na gestão pública, uma vez que atua dando credibilidade às informações divulgadas, mostrando se as mesmas são verdadeiras e confiáveis”.

Tendo como base a transparência que constitui uma parte da auditoria pública que por sua vez está inserido nas responsabilidades principalmente passados a um contador, o estudo promove a busca de um viés não comprobatório, mas indagador sobre as relações que interagem com transparência; essa pesquisa também colabora para a sociedade compreender o atual cenário da transparência no país.

2 REVISÃO TEÓRICA

O capítulo irá apresentar uma visão sobre os assuntos que estarão em foco no decorrer da pesquisa; esses assuntos são: a transparência, receita pública, índice FIRJAN de desenvolvimento municipal e auditoria pública que é onde a transparência está inserida e esses são itens necessários para a compreensão dos resultados da pesquisa.

2.1 AUDITORIA PÚBLICA

A auditoria do setor público avalia as entidades públicas que tem responsabilidade sobre os recebíveis e sobre os serviços prestados para a sociedade, sendo que essas entidades tem o dever de prestar contas, e a auditoria pública deve garantir que todo esse empenho esteja ocorrendo de maneira apropriada, isso de acordo com a *International Standards of Supreme Audit Institutions* (ISSAI) em sua norma nº 100 (ISSAI, 2019).

Auditoria pública é parte fundamental quando se trata da análise das contas públicas e de como elas são geridas e, de acordo com Araújo (1998, p. 18 *apud* Silva, 2012, p. 8):

A Auditoria Governamental é o tipo de auditoria que atua diretamente sobre a administração da coisa pública (res pública) [...] ela está diretamente relacionada com o acompanhamento das ações empreendidas pelos órgãos e entidades que compõem a administração direta e indireta das três esferas de governo.

Para o melhor entendimento do modo operante da auditoria interna pode-se pegar o elo mais forte que liga os tribunais de contas com o governo que é o órgão de controle interno, que, de acordo com Lima (2012, p. 264):

Realizam a fiscalização mais próxima dos gestores e têm obrigação de reportar aos Tribunais de Contas sobre irregularidades encontradas, sob pena de responsabilidade solidária. No âmbito do Governo Federal, existe a Controladoria Geral da União, órgão vinculado diretamente à Presidência da República.

E de nada adianta um excelente controle interno se o mesmo não tem nem uma conferência para garantir que tudo está correndo bem e a auditoria interna que é a responsável por esse verificação. Como afirma Crepaldi (2016), com esse parâmetro vê-se que a auditoria nos órgãos públicos é algo necessário, pois não é garantido nem mesmo nos mais complexos sistemas que não haja falhas.

Na auditoria pública se tem, de acordo com a ASSAI 100, que são os princípios fundamentais da auditoria do setor público, que os objetivos da auditoria pública pode variar de acordo com o tipo de auditoria que será realizada; uma delas é a busca pela melhoria tanto da *accountability* quanto da transparência, para ter uma melhoria no modo em que são geridos os bens públicos, tudo isso para garantir a confiança.

A CGU é muito representativa quando se refere à receita pública e transparência por estar ligada diretamente ao governo e ter a responsabilidade de repassar todas as informações necessárias para a divulgação tanto dos relatórios de auditoria quanto das finanças públicas. Assim constitui-se como uma das áreas da auditoria pública e mantendo relação com a transparência.

2.2 TRANSPARÊNCIA

O portal da transparência foi criado em novembro de 2004 e tinha por objetivo deixar o acesso às informações das finanças públicas o mais claro possível para a população em geral, assim possibilitando o fortalecimento da democracia além de prevenir a corrupção, como explica Mendes, Oleiro e Quintana (2008).

A transparência pública de acordo com o *site* da CGU tem como objetivo ser um remédio para combater a corrupção, já que a mesma é um dispositivo que induz os gestores públicos a agir de forma responsável; a CGU ainda diz que uma gestão pública transparente colabora para ter uma fiscalização maior sobre o uso dos recursos públicos (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2019).

Pode-se também procurar uma definição mais pura para transparência como Grimmelikhuijsen (2012) que a definiu como “Transparência é a disponibilidade de informações sobre uma organização ou ator, permitindo que atores externos monitorem o funcionamento interno ou o desempenho dessa organização”. Ele ainda elencou cinco componentes da transparência: Disponibilidade, Informações, Organização, atores externos e Monitoramento do funcionamento interno ou desempenho.

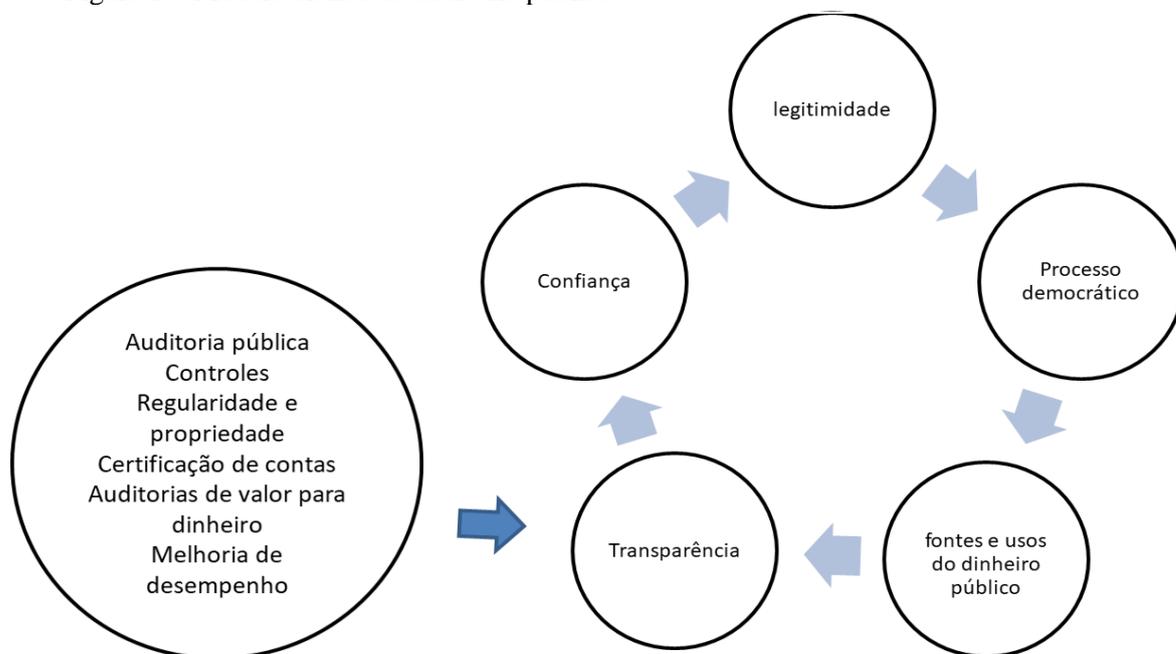
Salienta-se a importância do aumento da transparência e Heald (2018, p. 320) define:

A hipótese é que a transparência aumenta a confiança. Por sua vez, a confiança contribui para a legitimidade, que é reforçada por processos democráticos. Eleições livres e justas, apoiadas pelo escrutínio do orçamento pelo Legislativo, validam as decisões executivas sobre a produção do setor público e o uso do dinheiro público. Controles financeiros efetivos sobre as fontes e usos do dinheiro público aumentam a transparência; esse ciclo

virtuoso então se repete. Espera-se que mais transparência leve a mais confiança e, portanto, reforce a legitimidade.

Pode-se ver esse ciclo citado anteriormente na Figura 1 a seguir:

Figura 1 – Modelo cíclico da auditoria pública



Fonte: Heald (2018, p. 321)

A Figura 1 mostra bem que a transparência está inserida nas áreas que constituem a auditoria pública, porém Heald (2018) cita que esse modelo tem fraquezas, dizendo que o significado e a prática da transparência não é necessariamente a mesma coisa; a figura também mostra como a transparência também se encaixa na auditoria pública.

A transparência não é só um problema público como também para o setor privado como Crepaldi (2016) que reconhece em sua obra o fato de a transparência ser um problema dentro da auditoria e deve ser fortemente estudada para elevar o seu nível. Assim, se existe essa preocupação com a transparência em um setor que é responsável por uma quantidade limitada de acionistas, a preocupação com a transparência pública deveria ser mais elevada ainda, uma vez que, reporta a uma nação inteira.

2.3 ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O índice FIRJAN de desenvolvimento municipal é um instrumento interessante devido conter uma abordagem bem abrangente, o fator social, que é parte importante para a disseminação da transparência e o mesmo é disponibilizado pela federação das indústrias do

Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), para avaliar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, para tal se utilizando de três áreas: ‘emprego e Renda’, ‘Educação’ e ‘Saúde’ (FIRJAN, 2016). Pode-se observar a composição desse índice no Quadro 1:

Quadro 1 - Resumo das variáveis que compõem o cálculo do IFDM

IFDM		
Emprego e Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de emprego formal • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas-aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: IFDM (2016)

Os resultados da análise das três áreas abordadas pelo IFDM geram um índice que varia de 0 até 1 que, quanto melhor o desempenho do município, ele terá uma avaliação mais próxima de 1 (IFDM, 2016); ainda se pode dividir esses índices segundo uma classificação que, de acordo com o FIRJAN, acontece da seguinte maneira:

- a) municípios com IFDM entre 0 e 0,4: baixo estágio de desenvolvimento;
- b) municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6: desenvolvimento regular;
- c) municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8: desenvolvimento moderado;
- d) municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0: alto estágio de desenvolvimento.

Esse índice tem uma visão bem ampla sobre as características que tangem o cidadão, pois ela é composta por áreas que tem ligação direta com as pessoas, isso proporciona uma visão das mudanças humanas que ocorrem no país, de maneira que possa ser visualizada de forma numérica, permitindo comparações e busca de características que influenciam ou vice e versa.

2.4 RECEITA PÚBLICA

Para se comparar a receita pública com os níveis de transparência é preciso aprofundar o significado de receita pública e Matias-Pereira (2017, p. 159) traz o seguinte conceito:

Receita pública, em sentido amplo, é o ingresso de dinheiro nos cofres públicos que se efetiva de maneira permanente no patrimônio do Estado e que não esteja condicionado a sua devolução ou correspondente baixa patrimonial, ou seja, caracteriza-se como um ingresso definitivo de recursos ao patrimônio público, sem qualquer compromisso ou obrigatoriedade, aumentando as disponibilidades do tesouro.

Também se tem a definição de Receita Pública na visão de Kohama (2016, p. 66), autor que complementa em alguns pontos a definição anterior com:

Entende-se, genericamente, por receita pública todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, e, também, a variação ativa, proveniente do registro do direito a receber no momento da ocorrência do fato gerador, quer seja efetuado através de numerário ou outros bens representativos de valores – que o Governo tem direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos que derivem direitos a favor do Estado –, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencerem.

Com essas duas visões pode-se observar a profundidade da receita pública. A primeira dá uma explicação simples e de rápido entendimento enquanto a segunda dá um ar mais profundo ao entendimento sobre o assunto mostrando que a receita pública é sim arrecadação definitiva como Matias-Pereira (2017) define, mas dá uma origem ao recurso que é provinda de leis e de direitos em benefício ao estado.

As receitas podem ser encontradas no *site* do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) que disponibiliza de maneira periódica e eletrônica o sistema para que possam ser divulgadas as informações contábeis para o público em geral (STN, 2019).

2.5 ESCALA BRASIL TRANSPARENTE (EBT)

A Escala Brasil Transparente (EBT) tem como objetivo avaliar se está sendo cumprida a Lei de Acesso à informação (LAI), visto que atualmente ela teve 3 edições e uma última, chamada de avaliação de 360°; porém o enfoque se dará nas três primeiras, sendo a primeira tendo tido 492 municípios avaliados, a segunda 1613 e a terceira 2328. Para obter as notas dos municípios foram analisados dez quesitos que estão na Lei de Acesso à Informação (CGU, 2017). Para verificar se os municípios estão realmente seguindo tais disposições, os quesitos são os seguintes, conforme apresentado nos relatórios da CGU:

1. Foi localizada a regulamentação da LAI pelo Poder Executivo?

2. Na regulamentação, existe a previsão para autoridades classificarem informações quanto ao grau de sigilo?
3. Na regulamentação existe a previsão de responsabilização do servidor em caso de negativa de informação?
4. Na regulamentação existe a previsão de pelo menos uma instância recursal?
5. Foi localizada no site a indicação quanto à existência de um SIC Físico (atendimento presencial)?
6. Foi localizada alternativa de enviar pedidos de forma eletrônica ao SIC?
7. Para a realização dos pedidos de informação, são exigidos apenas dados que não impossibilitem ou dificultem o acesso?
8. Foi localizado no site a possibilidade de acompanhamento dos pedidos realizados?
9. Os pedidos enviados foram respondidos no prazo?
10. Os pedidos de acesso à informação foram respondidos em conformidade com o que foi solicitado?

Essas dez questões foram analisadas pela CGU com o acesso direto aos portais de transparência, onde o avaliador ao entrar no *site* respondeu com sim, não, não localizado e parcialmente, além de ter as orientações apontando as falhas para futuras melhorias nos sistemas de informação dos municípios; depois de avaliados, esses recebiam uma nota 0 quando não atendiam nenhum critério e 10 quando todos os critérios fossem respondidos com “sim”.

Com o EBT, pode-se ter uma noção melhor de como estavam os portais de transparência nos anos de avaliação.

3 METODOLOGIA

A metodologia é parte fundamental de uma pesquisa científica, como definido por Acevedo e Nohara (2013, p. 135):

O método científico caracteriza o estudo científico. Ou seja, se não houver utilização do método científico, a monografia ou artigo não será considerado científico. A seção do método utilizado na investigação é, portanto, a parte mais importante do trabalho, pois é por meio dessas informações que outro cientista poderá ou não reproduzi-lo ou contestá-lo.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente trabalho tem uma abordagem em relação a seu objetivo tida como descritiva e quanto ao procedimento ela será uma pesquisa documental, pois os dados coletados serão diretamente do primeiro ciclo de vulnerabilidade da CGU e o seu problema será tratado de forma quantitativa.

Quanto ao objetivo da pesquisa ela se enquadra como descritiva, conforme Gil (2017, p. 26) diz:

As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadra nesta categoria.

Como o objetivo do trabalho é analisar o efeito da receita e do IFDM sobre a atual situação da transparência no Brasil usando dados disponíveis em *sites* públicos assim esta pesquisa tem uma abordagem em relação a seu procedimento, tida como documental, já que como Gil (2017, p. 28) explica:

Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. Mas há fontes que ora são consideradas bibliográficas, ora documentais. Por exemplo, relatos de pesquisas, relatórios e boletins e jornais de empresas, atos jurídicos, compilações estatísticas etc. Assim, recomenda-se que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou bases de dados.

Quanto à abordagem do problema ela será quantitativa que como Richardson (2017, p. 55) cita:

Pesquisa quantitativa é um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis. Tais variáveis, por sua vez, podem ser medidas tipicamente por instrumentos, para que os dados possam ser analisados por procedimentos estatísticos.

3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

A pesquisa se utilizou da receita dos 100 maiores municípios em população de acordo com o IBGE, porém dentre os 100 primeiros colocados, nem todos tinham uma pontuação no EBT, forçando a parar apenas no município com a colocação 236, assim formando os 100 municípios que podem ter suas notas encontradas no EBT. Para encontrar cada cidade é necessário acessar o portal da CGU no *site* onde se pode buscar os dados através de pesquisas dentro do mesmo, onde primeiramente se seleciona o estado, após o município, acessa a página do município e verifica a pontuação do município.

Para análise dos dados foram utilizadas as receitas coletadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) onde se seleciona a esfera, o estado, o ente, o poder, o órgão e exercício, digita-se o código de segurança, abre a consulta e, por fim, seleciona o balanço anual onde tem o valor da receita arrecadada e o IFDM encontrado do *site* do FIRJAN, o qual tem seus dados nos anos de 2005 a 2016. Após, é relacioná-los com os indicadores do portal da transparência de 100 maiores municípios em população, os quais possuem nota nos relatórios do EBT, para se obter uma amostra considerável e, assim, podendo chegar a um resultado abrangente e representativo, uma vez que todas as regiões do país serão analisadas.

Esses dados foram selecionados não sem propósito, o alvo da pesquisa é a transparência pública, e para ver se ela segue algum padrão foram escolhidos as receitas municipais e o índice FIRJAN, onde a relação financeira é estabelecida pela receita e a relação humana é indicada pelo FIRJAN, para que se possa ter uma visão em duas áreas distintas para análise dos resultados da pesquisa.

3.3 TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram coletados através dos *sites* de domínio público em um período de dois anos, 2015 e 2016, em que a receita pode ser encontrada no *site* do SICONFI; já o IFDM se encontra no *site* do FIRJAN. Acessando a aba do primeiro ciclo de vulnerabilidade, pode-se ter acesso a todas as notas do EBT, estando os municípios separados dentro de abas que podem ser acessadas selecionando no campo estado a referente cidade.

Os dados foram primeiramente tabulados em uma única planilha para melhor manuseio; após foram efetuadas análises quantitativas dos dados para procurar algum padrão no efeito da receita e do IFDM sobre o nível de transparência dos municípios brasileiros.

Quanto ao método de análise dos dados foram feitos através de uma regressão linear múltipla com dados em *pooled* que de acordo com Gujarati e Porter (2011, p. 583) permite corte de maneira transversal em eventos históricos, o que se mostra bem útil para poder identificar se a relação entre a receita e o nível de transparência será positiva (quanto maior a receita, maior a transparência) ou negativa (quanto maior a receita, menor a transparência).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Para atender ao objetivo do trabalho, o qual é analisar o impacto da receita e do IFDM nas notas apresentadas pelo EBT das cidades brasileiras, foram coletados dados dos 100 municípios e dispostos por região, considerando os períodos de 2015 e 2016, conforme itens tratados na sequência.

4.1 CENTRO OESTE

Na região centro-oeste foi coletado os dados de 10 das 100 cidades da amostra, ou seja, ela corresponde a 10% do resultado obtido na pesquisa, ou seja, é uma região com pouca representatividade na pesquisa, visto que, são apenas 5 regiões, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Dados coletados da região centro-oeste – período de 2015 e 2016

Período	Local	IFDM	Receita (em R\$)	EBT
DISTRITO FEDERAL				
2015	Brasília-DF	0,8001	27.748.351.176,40	10
2016	Brasília-DF	0,7799	28.381.580.097,81	10
GOIÁS				
2015	Goiânia-GO	0,8183	4.138.593.848,68	8,33
2016	Goiânia-GO	0,817	4.436.025.226,54	7,91
2015	Aparecida de Goiânia-GO	0,7158	958.710.555,79	0
2016	Aparecida de Goiânia-GO	0,7709	1.061.373.223,96	3,33
2015	Anápolis-GO	0,8115	962.147.590,91	2,78
2016	Anápolis-GO	0,8014	1.074.686.426,58	4,44
2015	Rio Verde - GO	0,8216	702.295.173,39	0
2016	Rio Verde - GO	0,8029	825.348.798,03	0
MATO GROSSO				
2015	Cuiabá-MT	0,8015	1.913.259.865,87	9,17
2016	Cuiabá-MT	0,8266	2.174.758.035,82	10
2015	Sinop - MT	0,7793	348.467.459,14	7,08
2016	Sinop - MT	0,8064	416.978.055,68	8,33
2015	Várzea Grande MT	0,6996	488.253.292,13	0
2016	Várzea Grande MT	0,7256	540.867.792,74	2,08
MATO GROSSO DO SUL				
2015	Campo Grande-MS	0,8128	2.834.959.644,79	6,81
2016	Campo Grande-MS	0,8145	3.020.153.195,78	7,63
2015	Dourados - MS	0,7803	730.116.299,02	0
2016	Dourados - MS	0,8101	794.492.315,92	0

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados da Pesquisa.

Nessa região foi possível verificar uma crescente na avaliação do EBT de um ano para o outro e, das cidades avaliadas, apenas duas, Dourados – MS e Rio Verde – GO, tiveram avaliações nula igual a 0 para os dois anos; isso mostra que é uma região com grande

potencial para desenvolver a transparência, evidencia que ainda pode crescer muito nesse aspecto, pois com o mínimo de esforço cidades como as duas apresentadas podem sair do 0. Apenas Brasília – DF e Cuiabá – MT conseguiram avaliação máxima 10. Fazendo uma avaliação das relações entre receita e EBT, nota-se que em cada estado existe uma relação positiva na maioria das interações, porém não em todas, mas percebe-se que onde se encontram as maiores receitas estão grande parte das maiores avaliações, assim como na relação entre o IFDM e o EBT, percebe-se também que a exceção é Rio Verde – GO que tem uma boa nota do IFDM, porém seu EBT é 0 para os dois anos.

4.2 NORDESTE

A região com maior número de estados do país é responsável por 26% de toda a amostra, o que já a coloca em uma relevância maior para a pesquisa em relação ao centro-oeste e o norte (Tabela 2).

Tabela 2 – Dados coletados da região nordeste – período de 2015 e 2016

Período	Local	IFDM	Receita (R\$)	EBT
ALAGOAS				
2015	Maceió-AL	0,6825	2.057.418.889,04	3,89
2016	Maceió-AL	0,6918	2.260.490.149,92	10
2015	Arapiraca - AL	0,6739	626.799.693,39	2,5
2016	Arapiraca - AL	0,6967	586.450.483,87	4,86
BAHIA				
2015	Salvador-BA	0,7284	5.744.406.743,53	5,83
2016	Salvador-BA	0,7312	6.161.116.051,78	7,91
2015	Feira de Santana-BA	0,6355	1.021.605.185,01	4,58
2016	Feira de Santana-BA	0,6638	1.096.047.428,74	4,86
2015	Vitória da Conquista-BA	0,6632	588.663.848,98	7,22
2016	Vitória da Conquista-BA	0,6662	642.369.211,89	8,61
2015	Camaçari-BA	0,6941	1.105.490.445,17	0
2016	Camaçari-BA	0,688	1.179.392.127,09	0
2015	Itabuna - BA	0,6171	474.896.973,50	9,44
2016	Itabuna - BA	0,6315	525.424.288,50	10
2015	Alagoinhas - BA	0,6341	293.983.045,32	5,69
2016	Alagoinhas - BA	0,6683	327.834.459,95	6,25
CEARÁ				
2015	Fortaleza-CE	0,7211	6.261.829.705,23	8,19
2016	Fortaleza-CE	0,7449	6.627.300.489,83	10
2015	Crato - CE	0,6886	229.992.302,11	1,11
2016	Crato - CE	0,7022	274.446.187,72	0
2015	Maranguape - CE	0,6657	190.789.034,03	0
2016	Maranguape - CE	0,6899	213.076.963,13	0

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados da Pesquisa.

Tabela 2 – Dados coletados da região nordeste – período de 2015 e 2016 (continuação)

Período	Local	IFDM	Receita (R\$)	EBT
MARANHÃO				
2015	São Luiz-MA	0,7497	2.635.972.805,52	9,58
2016	São Luiz-MA	0,7625	2.851.904.502,17	10
2015	Imperatriz-MA	0,7473	528.743.151,82	0
2016	Imperatriz-MA	0,7406	611.221.956,43	7,91
PARAÍBA				
2015	João Pessoa- PB	0,7529	1.954.469.157,87	9,16
2016	João Pessoa- PB	0,7753	2.102.387.096,27	10
2015	Campina Grande-PB	0,7193	772.329.913,61	2,5
2016	Campina Grande-PB	0,7288	955.627.142,53	3,88
PERNAMBUCO				
2015	Recife-PE	0,7542	4.464.935.094,85	10
2016	Recife-PE	0,7554	4.558.777.316,05	10
2015	Olinda-PE	0,7148	610.304.681,47	8,61
2016	Olinda-PE	0,7267	628.624.337,08	8,61
2015	Caruaru-PE	0,7456	576.478.712,43	1,94
2016	Caruaru-PE	0,7882	663.388.702,75	4,44
2015	Petrolina-PE	0,7318	563.433.097,00	0
2016	Petrolina-PE	0,7617	645.146.738,48	5
2015	Camaragibe - PE	0,6517	247.442.586,79	0
2016	Camaragibe - PE	0,638	237.476.674,98	0
PIAUI				
2015	Teresina-PI	0,7853	2.430.821.749,57	6,52
2016	Teresina-PI	0,8275	2.933.902.129,38	3,75
2015	Parnaíba - PI	0,5583	282.625.583,04	0
2016	Parnaíba - PI	0,5931	343.471.050,10	6,66
RIO GRANDE DO NORTE				
2015	Natal-RN	0,7303	2.025.759.098,91	6,38
2016	Natal-RN	0,7563	2.194.776.912,66	7,36
2015	Mossoró-RN	0,7209	528.562.838,72	0
2016	Mossoró-RN	0,7027	558.990.175,15	1,94
2015	Parnamirim-RN	0,7664	405.420.538,24	2,5
2016	Parnamirim-RN	0,7641	432.655.648,32	7,5
SERGIPE				
2015	Aracaju-SE	0,6948	1.799.619.834,81	2,22
2016	Aracaju-SE	0,7187	1.822.528.684,57	3,47

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados da Pesquisa.

A região nordeste mostra mais uma vez a tendência para relações positivas entre a receita e o IFDM com o EBT, porém ainda existe algumas exceções, como por exemplo, na Bahia que a capital Salvador – BA detém 85,28% a mais de receita que Itabuna – BA, entretanto tem uma avaliação pior, o que se contrapõem aos resultados apresentados anteriormente, mas a maioria ainda segue mantendo o constatado nos resultados gerais. Outro

ponto interessante é que a região nordeste tem três municípios que tem avaliação nula de 0 no EBT e apenas um que conseguiu a nota máxima nos dois anos coletados, porém a grande maioria das cidades teve crescimento nas três variáveis, o que indica que a região está em avanço ainda, por mais que se notam exceções.

4.3 NORTE

A região norte, assim como no centro-oeste, representa apenas 10% da amostra total dos dados coletados, apesar de contar com um número maior de estados, o que já era esperado, uma vez que a pesquisa selecionou os 100 municípios por quantidade de habitantes, conforme se observa na Tabela 3.

Tabela 3 – Dados coletados da região norte – período de 2015 e 2016

Período	Local	IFDM	Receita (em R\$)	EBT
ACRE				
2015	Rio Branco-AC	0,7262	831.079.097,74	10
2016	Rio Branco-AC	0,739	902.658.372,85	10
AMAPÁ				
2015	Macapá-AP	0,6767	726.532.210,73	6,11
2016	Macapá-AP	0,6446	832.879.247,37	7,22
AMAZONAS				
2015	Manaus-AM	0,6742	4.227.633.761,04	3,89
2016	Manaus-AM	0,6931	5.227.414.016,38	6,11
PARÁ				
2015	Belém-PA	0,7	2.967.612.452,47	4,72
2016	Belém-PA	0,6918	2.998.673.614,28	5,55
2015	Ananindeua-PA	0,6252	609.931.152,89	4,58
2016	Ananindeua-PA	0,6599	657.880.184,21	4,58
2015	Santarém-PA	0,6765	511.380.163,32	0
2016	Santarém-PA	0,7089	557.508.852,72	0
RONDÔNIA				
2015	Porto Velho-RO	0,8186	1.244.302.062,71	0
2016	Porto Velho-RO	0,6985	1.361.468.243,02	9,72
2015	Ji-Paraná - RO	0,726	232.525.426,81	4,03
2016	Ji-Paraná - RO	0,7729	251.350.986,83	10
RORAIMA				
2015	Boa Vista-RR	0,7484	1.004.292.357,71	4,44
2016	Boa Vista-RR	0,7655	1.130.320.479,39	9,58
TOCANTINS				
2015	Palmas-TO	0,8259	941.989.919,84	8,19
2016	Palmas-TO	0,801	1.114.885.400,07	8,75

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados da Pesquisa.

Essa região se mostrou em crescimento quando o assunto é transparência, pois todos os municípios ou tiveram melhora ou se mantiveram com a mesma avaliação de um ano para o outro, além de manterem os resultados positivos de relação entre os indicadores avaliados; outro ponto a se salientar é que apenas uma cidade, no caso Santarém – PA, obteve a avaliação nula 0 nos dois anos consecutivos.

4.4 SUDESTE

A região mais populosa do país conta com 37% do total das amostras coletadas, o que a coloca no topo em questão de relevância nos resultados da pesquisa, uma vez que o Estado do Rio de Janeiro obteve o maior número de municípios que fizeram parte da amostra entre todos, ultrapassando outras regiões em representatividade nos resultados, conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Dados coletados da região sudeste – período de 2015 e 2016

Período	Local	IFDM	Receita (em R\$)	EBT
ESPÍRITO SANTO				
2015	Serra-ES	0,7674	1.133.518.815,87	8,61
2016	Serra-ES	0,7842	1.184.998.996,56	9,16
2015	Vila Velha-ES	0,7462	931.229.672,90	8,47
2016	Vila Velha-ES	0,7416	993.104.989,94	8,75
2015	Cariacica-ES	0,7258	560.170.041,27	8,61
2016	Cariacica-ES	0,7264	610.498.159,79	10
2015	Vitória-ES	0,8314	1.656.484.716,20	8,75
2016	Vitória-ES	0,8244	1.664.805.870,79	10
2015	Linhares - ES	0,8276	591.087.777,76	1,25
2016	Linhares - ES	0,8105	579.914.079,22	8,33
MINAS GERAIS				
2015	Belo Horizonte-MG	0,8268	9.378.721.745,14	8,75
2016	Belo Horizonte-MG	0,8219	10.644.353.029,19	10
2015	Uberlândia-MG	0,8226	1.852.334.179,61	2,5
2016	Uberlândia-MG	0,8306	2.043.002.897,25	3,61
2015	Contagem-MG	0,7546	1.539.019.228,74	9,4
2016	Contagem-MG	0,7621	1.687.746.254,40	9,16
2015	Patos de Minas - MG	0,839	376.327.969,88	1,94
2016	Patos de Minas - MG	0,8586	426.559.095,20	4,3
2015	Varginha - MG	0,8137	340.029.773,22	2,5
2016	Varginha - MG	0,8224	379.093.467,97	2,58

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados da Pesquisa.

Tabela 4 – Dados coletados da região sudeste – período de 2015 e 2016 (Continuação)

Período	Local	IFDM	Receita (em R\$)	EBT
RIO DE JANEIRO				
2015	Rio de Janeiro-RJ	0,796	27.149.501.189,51	8,61
2016	Rio de Janeiro-RJ	0,7886	29.344.617.128,20	5,83
2015	São Gonçalo-RJ	0,6261	1.133.328.493,84	2,5
2016	São Gonçalo-RJ	0,6189	1.095.098.022,17	1,94
2015	Duque de Caxias-RJ	0,6711	2.254.387.419,47	0
2016	Duque de Caxias-RJ	0,6637	2.270.546.581,02	4,72
2015	Nova Iguaçu-RJ	0,6765	1.249.314.680,95	9,72
2016	Nova Iguaçu-RJ	0,6612	1.213.572.849,27	8,19
2015	Niterói-RJ	0,7836	2.109.503.449,94	10
2016	Niterói-RJ	0,7784	2.339.440.320,39	10
2015	Belford Roxo-RJ	0,5967	597.232.189,87	1,94
2016	Belford Roxo-RJ	0,5963	615.984.905,67	3,33
2015	Campos dos Goytacazes-RJ	0,7162	2.139.358.591,64	1,94
2016	Campos dos Goytacazes-RJ	0,7208	2.605.299.417,65	3,33
2015	São João de Meriti-RJ	0,6494	556.762.766,88	0
2016	São João de Meriti-RJ	0,6546	579.382.819,71	4,02
2015	Petrópolis-RJ	0,7789	941.679.666,15	0
2016	Petrópolis-RJ	0,7826	959.222.576,24	9,16
2015	Volta Redonda-RJ	0,7955	824.037.479,17	9,44
2016	Volta Redonda-RJ	0,7921	876.267.565,73	9,3
2015	Macaé-RJ	0,7585	2.333.158.194,83	6,95
2016	Macaé-RJ	0,7543	2.161.212.023,91	10
2015	Itaboraí - RJ	0,6381	632.741.733,26	0
2016	Itaboraí - RJ	0,6379	511.870.789,25	2,22
2015	Cabo Frio - RJ	0,7466	779.879.491,79	0
2016	Cabo Frio - RJ	0,6953	641.787.466,35	0
2015	Rio Claro - RJ	0,675	69.336.509,38	2,5
2016	Rio Claro - RJ	0,6662	87.375.019,71	3,88
2015	Nova Friburgo - RJ	0,8231	448.520.012,42	1,39
2016	Nova Friburgo - RJ	0,8089	435.440.613,00	3,33
2015	Barra Mansa - RJ	0,723	467.821.870,89	0
2016	Barra Mansa - RJ	0,7224	494.597.297,75	0
2015	Nilópolis - RJ	0,6895	280.352.504,15	1,94
2016	Nilópolis - RJ	0,6368	302.660.964,05	1,94
2015	Resende - RJ	0,7892	511.797.314,15	10
2016	Resende - RJ	0,7787	537.429.288,94	10
SÃO PAULO				
2015	São Paulo-SP	0,8352	50.177.865.178,16	10
2016	São Paulo-SP	0,837	49.646.156.419,82	10
2015	Campinas-SP	0,8398	4.361.220.445,35	2,36
2016	Campinas-SP	0,8501	4.492.514.681,66	4,02
2015	Franca-SP	0,8443	649.471.598,16	8,75
2016	Franca-SP	0,8607	686.988.218,19	10

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados da Pesquisa.

Tabela 4 – Dados coletados da região sudeste – período de 2015 e 2016 (Continuação)

Período	Local	IFDM	Receita (em R\$)	EBT
2015	Limeira-SP	0,8234	934.624.606,03	9,58
2016	Limeira-SP	0,8451	989.162.932,69	10
2015	Barueri-SP	0,8584	2.379.413.989,87	8,89
2016	Barueri-SP	0,8529	2.558.126.890,87	8,88
2015	Araraquara - SP	0,8443	719.934.973,67	5,28
2016	Araraquara - SP	0,851	794.960.746,40	5,27
2015	Francisco Morato - SP	0,6967	293.575.885,02	3,19
2016	Francisco Morato - SP	0,7066	330.433.252,59	1,38
2015	Atibaia - SP	0,8403	422.699.175,42	5,56
2016	Atibaia - SP	0,8554	454.764.509,70	5,83
2015	Santana de Parnaíba - SP	0,8437	786.055.737,04	1,39
2016	Santana de Parnaíba - SP	0,8363	852.968.290,73	0

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados da Pesquisa.

Assim como as outras, a região sudeste apresentou crescimento no EBT apesar de contar com alguns municípios que tiveram quedas nas suas avaliações; o padrão de relação entre receita e EBT ainda se mantém positivos, com algumas exceções interessantes, como no Estado do Rio de Janeiro onde a capital teve nota inferior a outros municípios. Pode-se observar também que muitos municípios tiveram uma queda no EBT, porém ainda longe de serem a maioria.

4.5 SUL

Com 17% de representatividade nos resultados da pesquisa a região sul foi a que mais se aproximou da representação ideal, visto que no país, há cinco regiões e o mais homogêneo seria cada uma ser responsável por 20% da amostra total, de acordo com a Tabela 5.

Tabela 5 – Dados coletados da região sul – período de 2015 e 2016

Período	Local	IFDM	Receita (em R\$)	EBT
PARANÁ				
2015	Curitiba-PR	0,8378	7.391.039.678,20	10
2016	Curitiba-PR	0,8514	8.183.405.901,89	10
2015	Londrina-PR	0,818	1.707.294.976,47	8,61
2016	Londrina-PR	0,8483	1.853.793.357,62	7,22
2015	Ponta Grossa-PR	0,7973	679.798.516,79	0
2016	Ponta Grossa-PR	0,819	748.645.847,32	7,63
2015	Cascavel-PR	0,8379	762.034.590,54	0
2016	Cascavel-PR	0,8442	884.147.401,38	8,19

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados da Pesquisa.

Tabela 5 – Dados coletados da região sul – período de 2015 e 2016 (continuação)

Período	Local	IFDM	Receita (em R\$)	EBT
2015	São Jose dos Pinhais-PR	0,7683	1.006.937.041,55	0
2016	São Jose dos Pinhais-PR	0,8074	1.033.800.149,97	0
2015	Foz do Iguaçu-PR	0,7685	814.036.965,06	0
2016	Foz do Iguaçu-PR	0,7899	917.008.174,56	4,05
2015	Apucarana - PR	0,8649	274.544.927,81	2,78
2016	Apucarana - PR	0,8806	314.721.650,00	0
RIO GRANDE DO SUL				
2015	Porto Alegre-RS	0,7704	5.902.755.587,52	5,83
2016	Porto Alegre-RS	0,7804	6.242.932.971,19	8,33
2015	Canoas-RS	0,7124	1.455.513.171,76	9,72
2016	Canoas-RS	0,7177	1.620.352.191,88	9,72
2015	Santa Maria-RS	0,7605	595.782.399,11	5,28
2016	Santa Maria-RS	0,7911	663.080.309,98	5
2015	Gravataí-RS	0,6932	645.683.542,02	3,19
2016	Gravataí-RS	0,7312	746.919.930,10	4,3
2015	Cachoeirinha - RS	0,7614	359.900.014,09	7,78
2016	Cachoeirinha - RS	0,7519	399.810.724,08	7,91
SANTA CATARINA				
2015	Joinville-SC	0,8045	1.880.452.226,04	3,06
2016	Joinville-SC	0,8137	2.171.786.286,06	8,19
2015	Florianópolis-SC	0,8384	1.573.613.116,90	8,75
2016	Florianópolis-SC	0,8584	1.738.770.418,44	2,08
2015	Blumenau-SC	0,8281	1.280.304.623,78	4,17
2016	Blumenau-SC	0,8354	1.433.366.588,07	9,72
2015	São José - SC	0,8106	587.771.073,86	3,89
2016	São José - SC	0,8159	615.900.429,58	3,19
2015	Criciúma - SC	0,8134	593.837.222,68	3,61
2016	Criciúma - SC	0,8186	621.450.503,01	8,19

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados da Pesquisa.

Como nas regiões anteriores ela segue o padrão de crescente aumento na avaliação EBT e, assim como os outros, contendo algumas poucas exceções, apresentando uma boa quantidade de cidades que saíram do nulo 0 e passaram a pontuar no ano seguinte, mostrando que a região sul está também no caminho correto para um Brasil mais transparente.

A relação positiva entre a receita e o EBT ainda são perceptíveis, visto que, Curitiba – PR tem a maior receita e tem a maior avaliação entre todos os municípios. Já o IFDM em relação ao EBT é menos perceptível, por um bom motivo, uma vez que as notas do IFDM na região sul são bem altas e próximas umas das outras.

4.6 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Neste item estão apresentados os resultados da estatística descritiva com as variáveis utilizadas na pesquisa. Na tabela 6 pode-se verificar a média, mediana, desvio padrão, máxima e mínima das três variáveis, receita, IFDM e EBT onde: (i) a receita apresentou um desvio padrão bem elevado que se observa também a partir da diferença entre a máxima e a mínima; (ii) o IFDM se apresentou bem estável com um desvio padrão que representa apenas 0,069 de variação; (iii) o EBT apesar de ter máxima e mínima bem distintas manteve uma boa média.

Tabela 6 – Estatística Descritiva das variáveis

Variável	Média	Mediana	Desvio Padrão	Máxima	Mínima
RECEITA	2,50e+09	8,80e+08	6,29e+09	5,02e+10	693e+05
IFDM	0,754	0,761	0,069	0,880	0,558
EBT	5,308	5,275	3,606	10	0

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados da Pesquisa.

Conforme Tabela 7 a estimativa foi realizada contando com estimativa por *Pooled* e realizados os testes de robustez para validação do modelo. O teste F e também o R^2 reportam a importância do modelo para a transparência dos municípios utilizados para a pesquisa.

Os resultados de R^2 e F reforçam que ao concluir a coleta e análise dos dados eles se mostraram muito importantes para a avaliação da transparência no país, o que ajuda a afirmar a importância da pesquisa e que ele se mostra consistente.

Tabela 7 - Resultados (Transparência)

Variável	Relação
RECEITA	9,78***
IFDM	1,33e-10***
C	-2,40
Estimativa	<i>Pooled</i>
R^2	0,106
F	11,71 (0.0000)

Nota: *, ** e ***, respectivamente, 10%, 5% e 1%

Fonte: Dados da Pesquisa.

O presente trabalho estava buscando relações das variáveis, Receita e IFDM com o EBT para explorar se quanto maior e mais eficiente o município se ele é mais transparente, pois o Brasil nesse cenário de instabilidade política precisa legitimar a atuação política e Heald (2018) comenta que quando a transparência aumenta a confiança e, por consequência, a legitimidade também segue ela, uma relação positiva poderia mostrar que grandes cidades têm

seus sistemas de divulgação melhores que cidades pequenas assim, podendo dar mais atenção na fiscalização de cidades pequenas ao invés de focar apenas nos grandes centros.

Os resultados mostram que existe uma relação positiva tanto da receita quanto do IFDM em relação à avaliação do EBT, uma vez que os resultados apareceram com valores acima de 0 para ambos os dados, o que mostra que quanto mais receita e maior for o IFDM maior será a nota EBT do município, apesar de como visto nas análises por regiões não são todos os municípios que seguem esse resultado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar o impacto da receita e do IFDM nas notas apresentadas pelo EBT das cidades brasileiras tanto da receita e do IFDM na escala Brasil transparente (EBT), para poder chegar a uma conclusão positiva ou negativa da relação.

A coleta de dados demonstrou resultados positivos em relação ao estado atual da transparência no Brasil, mas não o ideal ainda, já que durante a coleta de dados percebeu-se que muitos municípios ainda possuem notas baixíssimas quando se trata do EBT chegando a zero, o que seria algo inadmissível visto que os quesitos abordados para a avaliação o EBT estão na Lei de Acesso Informação (LAI); porém, se vê um amadurecimento do país, já que a maioria das notas cresceram de um ano para o outro, assim como as receitas e o IFDM.

A pesquisa mostra que os municípios com mais responsabilidade sobre o dinheiro público são aqueles que têm um fluxo maior de capital e realmente se preocuparam em deixar claro para a população suas movimentações, e isso é um ponto a se observar, já que quanto maior a receita, melhor é a transparência do município.

O mesmo se vê quanto ao desenvolvimento socioeconômico que a relação com o FIRJAN mostra, ou seja, a tendência é que quanto em melhor situação está o cidadão o município tende a exigir mais transparência, o que faz sentido, pois o controle social é um importante instrumento para a constituição da transparência como afirma Peter e Machado (2014).

Na coleta dos dados houve algumas dificuldades, visto que as variáveis tinham limitações conforme o ano, pois o EBT com o padrão usado tinha apenas nos anos de 2015 e 2016 nas edições 2 e 3, já que a 1ª tem poucos municípios, assim impossibilitando a coleta de mais anos. O IFDM também limita o estudo, visto que ele não segue um padrão internacional de avaliação socioeconômica, impossibilitando comparações futuras com estudos que usam padrões internacionais, além de não ser um dado muito atualizado pois tem avaliação até o ano de 2017. A receita foi coletada do SICONFI. Porém, se fosse coletada de outra fonte, ela sofreria alterações, pois há divergência nos valores conforme onde ela foi encontrada. Os municípios escolhidos não representam todos os níveis e sim em sua maioria grandes e médios deixando de lado os pequenos, além de não ser balanceada a representatividade das regiões brasileiras nos resultados, já que o ideal seria 20% para cada região e tiveram três que ficaram abaixo e duas acima, com a região sudeste sendo a mais representativa com 37% de toda a amostra

Por fim a transparência é fundamental para o crescimento do país e mostrar a evolução dela e a relação positiva com variáveis que, quanto maiores são melhores, diz-se que se está no caminho certo para o desenvolvimento.

Para próximos estudos sugere-se trocar o IFDM e usar outra variável, como o índice de desenvolvimento humano (IDH) para que se possa expandir os estudos no âmbito mundial, ou mesmo aumentar a mostra dos municípios brasileiros e usar o último EBT na avaliação 360° que possui uma quantidade maior de cidades, além de ser mais atual.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa, NOHARA, Jouliana Jordan. Como fazer monografias: TCC, dissertações e teses, 4ª edição, Atlas, 2013. [Minha Biblioteca].

ANTONINO, Maria Simone de Lacerda, et al. Percepção dos auditores sobre o papel da auditoria governamental para transparência da gestão pública: Um estudo no Tribunal de Contas da Paraíba. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL**-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 5.1, p. 179-199, 2013.

CGU. **Entenda os indicadores**. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/programa-de-fiscalizacao-em-entes-federativos/1-ciclo/1o-ciclo/entenda-os-indicadores>. 2017. Acesso em: 27 nov. 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido, CREPALDI, Guilherme Simões. **Auditoria Contábil - Teoria e Prática**. 10ª edição, Atlas, 2016. [Minha Biblioteca].

CRUZ, Cláudia Ferreira, et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, 2012, 46.1: 153-176.

CASALECCHI, Alessandro Ribeiro de Carvalho; OLIVEIRA, Eurípedes Magalhães. As auditorias da CGU e a transparência licitatória dos municípios paulistas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo: 2010, v. 15, n. 56.

ESCALA BRASIL TRANSPARENTE. Disponível em: https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=23#P9ee770b6fa0a48a7802de64564ea8892_3_oHit0, acesso em 10, out. 2019.

FIRJAN- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/>. Acesso em: 4 nov. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Estudos indicam que brasil ainda é pouco transparente**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1954392-estudos-indicam-que-brasil-ainda-e-pouco-transparente.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2018.

G1. **Termos técnicos e falta de dados dificultam obtenção de informações em portais da transparência em sc**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2018/08/09/termos-tecnicos-e-falta-de-dados-dificultam-obtencao-de-informacoes-em-portais-da-transparencia-em-sc.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª edição. Atlas, 07/2017. [Minha Biblioteca].

GRIMMELIKHUIJSEN, S. G. **Transparency and trust: An experimental study of online disclosure and trust in government**. 2012. Utrecht: Utrecht University.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, C. **Econometria Básica**. 5ª edição, 2011 [Minha Biblioteca].

HEALD, David. Transparency-generated trust: The problematic theorization of public audit. **Financial Accountability & Management**, 2018, 34.4: 317-335.

IFDM. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. 2016. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/> acesso em: 22 out. 2019.

ISSAI. **ISSAI nº 100 - Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público**. 2019. Disponível em: www.issai.org. Acesso em: 15 nov. 2019.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública - Teoria e Prática**, 15ª edição. Atlas, 2016. [Minha Biblioteca].

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. **Curso de Finanças Públicas: Uma Abordagem Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2015. [Minha Biblioteca].

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. Atlas, 2017.

MENDES, Roselaine da Cruz; OLEIRO, Walter Nunes; QUINTANA, Alexandre Costa. **A contribuição da contabilidade e auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em busca do combate contra a corrupção no Brasil**. 2008.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Veras. **Manual de Auditoria Governamental**. 2ª edição, Atlas, 2014 [Minha Biblioteca].

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Localidades**. Disponível em: <http://www.portal.transparencia.gov.br/localidades/>. Acesso em: 27 nov. 2018.

SICONFI. Sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf, acesso em 15 out, 2019.

SILVA, Moacir da. **Curso de auditoria governamental: de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Pública**. 2ª edição. Atlas, 2012. [Minha Biblioteca].

STN (Secretaria do Tesouro Nacional). Portaria Nº 642, 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social - Métodos e Técnicas**, 4ª edição. Atlas, 10/2017. [Minha Biblioteca].

ZUCCOLOTTO, R.; RIBEIRO, C. P. P.; ABRANTES, L. A. O comportamento das finanças públicas municipais nas capitais dos estados brasileiros. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 28, n. 1, p. 54-69, 2009.